PCDF mira rede interestadual de apostas ilegais que movimentou R$ 739 milhões

Dez empresas de fachada ocupavam o mesmo lote em Sobradinho e indicavam telefone idêntico

Por **Mateus Lincoln**

DIVULGAÇÃO/PCDF



Operação alcançou seis unidades da federação e contou com a participação de cerca de 200 policiais

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou na quinta-feira (5) a Operação Azzardo, que investiga uma rede suspeita de explorar apostas ilegais e lavar dinheiro. A Justiça determinou o bloqueio de contas e ativos de 64 pessoas físicas e 120 pessoas jurídicas, até o limite de R$ 3,483 bilhões.

Conforme divulgado pela corporação, a investigação foi iniciada há cinco meses, após comunicações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA-MF), que identificou plataformas de apostas de quota fixa, conhecidas como bets, sem autorização federal.

Pagamentos via Pix eram direcionados a empresas com atividades que eram declaradas sem relação com apostas, como uma clínica e uma loja de tarô, em Sobradinho (DF).

A apuração identificou dezenas de empresas suspeitas de funcionar como fachada para receber e redistribuir valores. Abertas entre fevereiro e julho de 2026, as companhias tinham capitais sociais idênticos e endereços em Sobradinho, Sobradinho II (DF) e Ceilândia (DF).

Em um mesmo lote, dez empresas indicavam um número de telefone igual.

Em coletiva de imprensa, a delegada Ágatha Braga, do Departamento de Combate ao Crime Organizado (Draco/Decor), explicou que muitas dessas instituições não existiam.

"Não havia site ou meios de apostas. Eram empreendimentos de fachada", disse.

Braga detalhou que havia bets no esquema. Duas delas tinham autorização dos governos estaduais, mas operavam de maneira irregular.

"Elas recebiam dinheiro de apostas no DF e de outras unidades da federação", mencionou a delegada.

De acordo com a PCDF, parte dos recursos teria sido convertida em criptoativos. As movimentações analisadas somam R$ 739 milhões.

A investigação envolve uma fintech de São Paulo autorizada pelo Banco Central a operar como sociedade de crédito direto. As cobranças por Pix nos sites investigados eram direcionadas a contas de empresas de fachada mantidas na instituição.

Dados financeiros da fintech e de empresas relacionadas apontam a movimentação de cerca de R$ 1 bilhão, incluindo os repasses a uma empresa investigada e os pagamentos ligados às apostas sem autorização.

A decisão da Justiça alcança a instituição, duas empresas do grupo e seus dirigentes. A restrição atinge apenas recursos próprios da fintech e não afeta os clientes.

Três empresas com permissões de loterias da Paraíba e do Rio de Janeiro também são investigadas. As permissões não abrangiam as plataformas apuradas e deixaram de valer após o prazo previsto na Medida Provisória nº 1.394/2026, que proibiu apostas de quota fixa.

A Justiça determinou a indisponibilidade de bens em instituições supervisionadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a suspensão dos registros de 100 empresas e empresários individuais e a proibição de abertura de contas pelos suspeitos por 90 dias.

Também autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 82 pessoas físicas e 83 pessoas jurídicas.

Os veículos encontrados nos locais investigados poderão ser sequestrados.

Cerca de 200 policiais civis da PCDF e de São Paulo, Goiás, Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte participaram da ação.

Foram cumpridos 24 mandados de busca no DF, além de diligências em São Paulo (SP), Goiânia (GO), Planaltina (GO) e Valparaíso (GO).

Ainda segundo a PCDF, os investigados poderão responder por exploração de loteria não autorizada, estelionato mediante fraude eletrônica, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e também por organização criminosa.

DF: Educação esclarece que não há déficit de professores

Por **Mateus Lincoln**

O Correio da Manhã recebeu denúncias sobre a falta de professores na rede pública do Distrito Federal, incluindo os Núcleos de Ensino (Nuen) das Unidades de Internação Socioeducativas do DF.

Além disso, também foram mencionadas falhas no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Sigep) Khronos, utilizado para a gestão da vida funcional dos professores de contratos temporários.

QUADRO DE PROFISSIONAIS

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado de Educação (SEDF) alegou que as informações não procedem. Atualmente, a rede pública do DF conta com 25.893 professores de Educação Básica efetivos.

Quanto aos Nuens das unidades de internação, a pasta informou, em nota, que há três vagas em processo de preenchimento, com a contratação de professores substitutos para cobrir afastamentos por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) iniciados nas últimas 48 horas.

A previsão é de que essas vagas sejam preenchidas já na próxima semana.

A Secretaria comentou que, em casos pontuais, como licenças médicas, a pasta dispõe de um banco de profissionais aprovados para contratação temporária de professores substitutos, regidos por legislação específica.

De acordo com a nota enviada à reportagem, esses profissionais são convocados para a substituição dos professores efetivos durante seus afastamentos legais.

Atualmente, ainda segundo a SEDF, cerca de 15.700 professores temporários estão em regência na rede pública de ensino do DF.

MUDANÇA DE SISTEMA

Em relação aos problemas relatados com a plataforma de gestão, a Educação esclareceu que o Sigep Khronos, anteriormente utilizado, foi descontinuado neste ano.

Em substituição, a pasta implementou o EducaDF Digital. Entretanto, a SEDF reconheceu que o programa apresentou falhas durante as duas primeiras semanas de outubro, mas informou que, atualmente, encontra-se em pleno funcionamento.

TONY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA



Segundo a pasta, a rede pública dispõe de 25.893 professores efetivos